

## Adesão da Venezuela ao Mercosul é aprovada pelo Plenário do Senado

Gerardo Magela



Senadores acompanham no Plenário a proclamação do resultado: o projeto de decreto legislativo recebe 35 votos favoráveis

Senadores acolhem também projeto de extensão rural para agricultura familiar e abrem caminho para exame, amanhã, do novo Código de Processo Penal

Por 35 votos a 27, o Plenário do Senado aprovou ontem o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A decisão ocorreu depois de meses de debates e audiências públicas. A matéria vai à promulgação. O texto do acordo, firmado em Caracas em 4 de julho de 2006 pelos presidentes dos países do Mercosul, ainda precisa ser aprovado

pelo Congresso do Paraguai.

Os senadores acolheram também projeto que cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). **4 e 5**

Márcio Kallume



Para Heráclito, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência – que ontem levou personagens da Turma da Mônica ao Plenário – é “o evento mais importante realizado pelo Senado”



Gerardo Magela

## Senado homenageia bicentenário de Louis Braille

Com a presença do cartunista Maurício de Sousa, foi aberta ontem a 5ª Semana de Valorização

da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado, que este ano comemora os 200 anos

de nascimento de Louis Braille, inventor do alfabeto usado por deficientes visuais. O 1º secre-

tário da Casa, Heráclito Fortes, afirmou que o evento promove na prática a inclusão social. **3**

### Relatório de Jucá isenta Petrobras. Collor pede vista

O senador Romero Jucá apresentou ontem o relatório da CPI da Petrobras isentando a estatal de responsabilidade quanto a uma série de denúncias. O documento, que sugere mudanças nas licitações e contratos da Petrobras, teve sua votação adiada por um pedido de vista do senador Fernando Collor. **7**

### Comissão entrega sugestões para acelerar a Justiça

Vários mecanismos que visam acelerar as decisões judiciais estão previstos nas sugestões para o novo Código de Processo Civil entregues ao presidente do Senado, José Sarney, pelo presidente da comissão encarregada do assunto, ministro Luiz Fux. Sarney reuniu-se também com os presidentes do STF e da Câmara para discutir os avanços na Justiça. **2**



Sarney, Gilmar Mendes e Temer discutem o Pacto Republicano

### Congresso aprova R\$ 282 milhões para ministérios

O Congresso Nacional aprovou ontem sete projetos liberando crédito adicional no valor de R\$ 282,82 milhões para diversos ministérios e órgãos federais. Também ontem, a Comissão Mista de Orçamento acolheu o último dos dez relatórios setoriais do Orçamento de 2010, o de Infraestrutura. **5**

Jane Araújo

Presidente do Senado recebeu ontem as primeiras proposições aprovadas pela comissão que elabora um projeto de novo Código de Processo Civil visando modernizar a Justiça

# Comissão entrega texto preliminar de novo código

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu do ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), as primeiras proposições aprovadas pela comissão que elabora um projeto de novo Código de Processo Civil. Fux, que preside o colegiado, disse a Sarney que a ideologia que norteou esse trabalho foi a de dar maior celeridade à Justiça.

De acordo com o ministro, o código que emergirá desse trabalho propiciará aos brasileiros instrumentos efetivamente capazes de reduzir o número de demandas e de recursos que se acumulam nos tribunais. Como exemplo, ele mencionou a coletivização para os processos consistentes num litígio que interesse a muita gente. Segundo Fux, a novidade evitará a multiplicação de demandas, porque, numa causa representativa de milhares de outras idênticas, será possível a suspensão de todas as outras e a promulgação de uma sentença ampla, capaz de definir o direito de tantos quantos se encontrarem na



Sarney recebe o ministro do STJ Luiz Fux (E), presidente da comissão do novo CPC

mesma situação jurídica.

O ministro disse que a comissão privilegiou o instituto da conciliação, que passará a ser o primeiro ato de convocação do réu a juízo, a fim de encorajar as concessões de um lado e de outro e de otimizar o relacionamento social no âmbito da Justiça. O objetivo, explicou, não é de preparar o Judiciário para milhares de processos, mas o de evitar que eles se avolumem.

Fux também prometeu a re-

dução do número de recursos judiciais que hoje propiciam ao advogado prorrogar no tempo a solução do processo apenas porque sabe que vai perder o litígio ou porque quer ganhar mais dinheiro. Outra novidade anunciada foi a criação de meios que autorizam o juiz a analisar a causa rapidamente, de acordo com a jurisprudência das teses resultantes dos recursos repetitivos, evitando a desnecessária duplicação de julgamentos.

## Sarney: críticas a Gilmar em razão do pacto republicano são injustas

A contribuição dada pelo Parlamento ao pacto republicano – acordo feito no ano passado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para reduzir a morosidade da Justiça, facilitar seu acesso ao povo e eliminar os abusos cometidos por autoridades – é considerada valiosa pelo presidente do Senado, José Sarney.

Em razão dos projetos aprovados no Congresso para o êxito desse pacto, Sarney disse que o Brasil assiste a uma nova dinâmica na Justiça.

Reunido, ontem, com os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e da Câmara, deputado Michel Temer, Sarney celebrou o êxito da cooperação política que permitiu a aprovação de projetos considerados prioritários para fazer a sociedade avançar no usufruto dos seus direitos.

Na ocasião, o presidente do Senado afirmou que Gilmar

Mendes tem sido “a alavanca propulsora do pacto republicano”. De acordo com Sarney, por liderar esse trabalho, o presidente do STF tem sido injustamente criticado, mas recebe a solidariedade e o aplauso de todo o povo brasileiro.

– Esse pacto tem um sentido simbólico para dar continuidade ao processo de reforma do Poder Judiciário, que tão grandes frutos tem proporcionado. A partir da votação da emenda constitucional que estabeleceu a súmula vinculante e criou o Conselho Nacional de Justiça, o Brasil assiste a uma outra dinâmica da Justiça. São leis que repercutem diretamente em favor do povo brasileiro, em favor da cidadania – afirmou.

Gilmar Mendes também elogiou o trabalho do presidente Sarney na efetivação desse pacto, lembrando especialmente a aprovação das leis necessárias ao avanço do processo.

## “Lula sabe que nós vamos escolher o candidato a vice”

José Sarney disse ontem não considerar interferência do presidente da República a sugestão de que possa escolher numa lista tríplice o nome do PMDB para a eventual chapa governista que concorrerá à sua sucessão. Ao final de cerimônia realizada no Supremo Tribunal Federal, Sarney minimizou o episódio.

– O presidente Lula não teve intenção nenhuma de interferir dentro do PMDB, até mesmo porque ele sabe que o PMDB é um partido que tem sua própria norma e maneira de ser. Ele sabe que nós vamos escolher o nosso candidato a vice-presidente dentro do partido, dentro do acordo que estamos construindo com o PT – disse.

Sarney disse que o nome que aglutina seu partido hoje é o do presidente da Câmara, Michel Temer, que também preside a legenda, embora atualmente esteja de licença.

## Mão Santa lamenta morte de ex-prefeito de Luís Correia

Mão Santa (PSC-PI) apresentou requerimento de pesar pela morte de Antônio de Pádua Costa Lima, prefeito por quatro mandatos da cidade de Luís Correia, no litoral do Piauí.

Amigo pessoal do senador, Costa Lima faleceu na madrugada de sexta para sábado, aos 81 anos, por complicações decorrentes do diabetes. Mão Santa relatou sua participação no velório, e disse ter visto “uma cidade chorar”.

– Graças a ele, Luís Correia é

hoje uma das mais agradáveis cidades do Piauí. Que Deus o receba – declarou.

Mão Santa também falou sobre a homenagem que recebeu da Ordem dos Parlamentares do Brasil, na última sexta-feira, em São Paulo. A entidade foi criada por Ulysses Guimarães em 1976, e tem entre as suas finalidades “aglutinar pessoas onde o princípio da ética e da moral sejam norteados rotineiramente”.

De acordo com o senador, também foram homenageados



Mão Santa ainda citou homenagem recebida da Ordem dos Parlamentares

o deputado federal do ano, bem como o deputado estadual e o vereador.

Mão Santa destacou a importância de Ulysses Guimarães no contexto da origem das oposições no Brasil.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Membros da Comissão Representativa

No Plenário, às 14h, será realizada a eleição dos membros que irão compor a Comissão Representativa do Congresso para o período de recesso, de 23/12/09 a 1º/02/10. Na pauta, estão os projetos do Simples da Cultura e o que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.

### Sarney preside sessão conjunta do Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30, o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e diretor-presidente da Fundação Polícia Federal de Apoio ao Ensino e à Pesquisa, Sandro Avelar. Às 12h, no Plenário da Câmara, participa da sessão do Congresso destinada à apreciação de projetos. Às 16h, preside a ordem do dia.

### Livros em braille

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a presidente do Conade, Denise Granja, entre outros, a produção e distribuição de livros em braille.

### Banda larga em debate

Audiência pública, às 9h, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com a presença do ministro das Comunicações, Hélio Costa, debate o Plano Nacional de Banda Larga.

### CCJ discute igualdade racial e restrições ao fumo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para votar, entre os 29 itens da pauta, substitutivo da Câmara ao projeto

que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Também está em exame o projeto que proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados.

### Companhias aéreas

O substitutivo a projetos que tratam de indenização a usuários de companhias aéreas em casos de recusa de embarque, atrasos e cancelamentos de voos e danos de bagagem estão em pauta na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 11h.

### CAE analisa indicações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) prossegue com análise, às 10h, das indicações de Alessandro Broedel para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários; e de Ricardo Ruiz e Fernando Furlan para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A CAE também vota autorização de crédito junto ao Banco Internacional (Bird).

### Cronograma da CPI do MST

Apresentação, às 10h, do plano de trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do MST, que irá investigar o repasse de recursos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

### Administração do Senado

Em audiência pública, às 14h, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA), o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, e o diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, apresentam medidas adotadas pelo Senado para solucionar problemas administrativos e de gestão.

### Congresso

Sessão conjunta, às 12h, do Congresso Nacional destinada à votação de projetos de lei.

### CMO vota relatórios setoriais

Relatórios setoriais ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010 serão votados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 14h30.

### Combate aos males da visão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência conjunta com subcomissões, às 14h, para tratar de saúde ocular, da prevenção da cegueira e dos males da visão, em atenção à programação da 5ª Semana de Acessibilidade.

### CPI da Pedofilia

A CPI da Pedofilia realiza debate, às 10h30, sobre a ferramenta Google Suggest, com o procurador Sérgio Suiama, o delegado Carlos Sobral e o presidente do Google Brasil, Alexandre Hohagen.

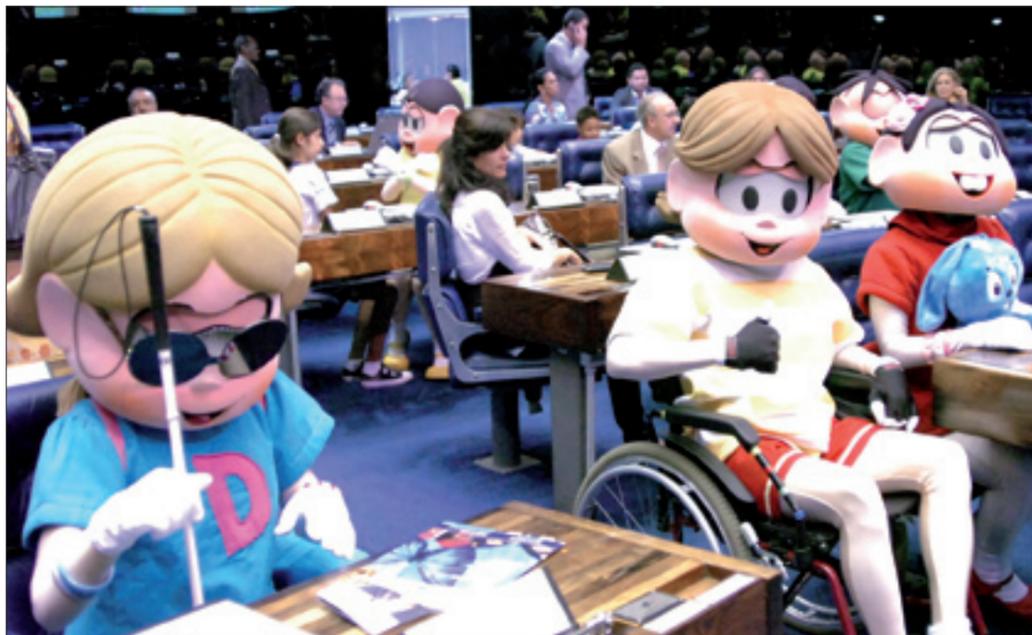
### Relatório final

Apreciação e votação, às 14h, do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, que investiga supostas irregularidades envolvendo a empresa e a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

### Pessoas com Deficiência

O filme *Além da Luz*, do cineasta Ivy Goulart, será apresentado, às 18h, no Auditório Petrônio Portella. O filme apresenta a história de pessoas com deficiência visual e de Louis Braille.

Heráclito considera Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência o mais importante evento promovido pelo Senado, que publica e doa a instituições diversas obras em braille



No Plenário, a menina cega Dorinha, Mônica e outros personagens de Mauricio, ao lado de crianças de várias localidades do DF

## Senado promove a inclusão da pessoa com deficiência

A 5ª SEMANA de Valorização da Pessoa com Deficiência, iniciada ontem na Casa, foi considerada pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), como o evento mais importante realizado pelo Senado Federal. A abertura da semana, que em 2009 comemora os 200 anos de nascimento de Louis Braille, inventor do alfabeto usado por deficientes visuais, contou com a presença do cartunista Mauricio de Sousa e de vários personagens por ele criados.

– A semana de Valorização da Pessoa com Deficiência promove na prática a inclusão social de que tanto falamos. Que esta semana seja fortalecida e divulgada – disse o senador.

Heráclito ressaltou que o Senado publica e doa a instituições de ensino diversas obras em

braille, entre elas a Constituição federal, leis e códigos. Destacou que, este ano, a Casa começou a imprimir em braille as constituições dos estados. Ele entregou ao estudante Igor Carvalho um dicionário em braille editado pelo Senado. Igor é vencedor de um concurso de redação promovido pela Casa.

Maurício de Sousa, que apresenta no Salão Branco a exposição “Maurício 50 anos” em comemoração a meio século de carreira, autografou revistinhas da Turma da Mônica produzidas especialmente para o evento, com o tema acessibilidade.

O cartunista disse que esse tipo de iniciativa promovida pelo Senado deveria receber da imprensa “o mesmo destaque que outras notícias negativas de Brasília têm”. Mauricio afirmou

que é preciso falar de acessibilidade e que as pessoas devem participar de ações desse tipo, que promovem a inclusão social de pessoas com deficiência.

Estiveram presentes à cerimônia os senadores Flávio Arns (PSDB-PR), presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que entregou quimonos doados a crianças que aprendem judô em um programa do governo do Distrito Federal, e Romeu Tuma (DEM-SP), além do cineasta Ivy Goulart, diretor do filme *Além da Luz*, que faz parte da programação do evento.

À tarde, o Senado realizou sessão especial em homenagem ao inventor Louis Braille e, ao longo da semana, promove duas audiências públicas sobre deficiência visual.

## Parlamentares homenageiam o criador do alfabeto braille

Mônica, Cebolinha, Cascão, Magali, Luca e sua cadeira de rodas e Dorinha, a menina cega, além do criador desses personagens, o desenhista Mauricio de Sousa, participaram da homenagem do Plenário ao bicentenário de nascimento de Louis Braille.

A homenagem, que fez parte da 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, foi requerida por Flávio Arns (PSDB-PR). Mão Santa (PSC-PI) presidiu

a sessão. Ao seu lado, na Mesa, Arns, Mauricio, o cineasta Ivy Goulart e o ator da Rede Globo Eriberto Leão.

A homenagem começou com a soprano Socorro Araújo, que é cega, interpretando o Hino Nacional. Em seguida, o cantor Roberto Carlos Moreira, também cego, interpretou *Porto Solidão*, de Jessé, e *Aquarela*, de Toquinho, Maurizio Fabrizio, Guido Morra e Vinicius de Moraes.



Invenção de Louis Braille permitiu o acesso do cego à leitura e à escrita

## Brasil foi primeiro país do continente a usar o método

Cego aos três anos, devido a um acidente doméstico, o francês Louis Braille empregou sua inteligência no desenvolvimento de um código de comunicação perceptível ao tato, que tornou possível ao cego o acesso à leitura e à escrita. O sistema braille é utilizado mundialmente como instrumento de leitura e alfabetização de cegos, tendo sido implantado no Brasil em 1850. O país foi o primeiro a usar esse método na América Latina e tem o maior parque de impressão em braille do continente.



Sessão do Plenário contou com a presença do cartunista Mauricio de Sousa

### MÃO SANTA

“O papel do Senado da República na defesa dos direitos das pessoas com deficiência não se limita à realização da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, mas se estende à produção legislativa e ao dia a dia da Casa.” A observação foi feita por Mão Santa (PSC-PI).

### FLÁVIO ARNS

Flávio Arns (PSDB-PR) ressaltou a importância da descoberta de Braille para as pessoas portadoras de cegueira ou de algum tipo de deficiência visual. “Creio que Louis Braille ficaria lisonjeado com a apresentação dos alunos cegos da Escola de Música de Brasília.”

### MARISA SERRANO

Afirmando que a humanidade deve “deferência, respeito e admiração” a Louis Braille, Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que “os esforços científicos do homenageado e seus métodos de leitura abriram uma janela muito ampla ao ser humano desprovido da visão.”

### PEDRO SIMON

Pedro Simon (PMDB-RS) citou o exemplo do advogado Valquírio Bertoldo, que se formou graças à linguagem braille. Disse que, quando olha para os deficientes visuais, sabe que Deus existe e que não criou o homem dependente apenas das suas condições materiais.

### SÉRGIO ZAMBIASI

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) saudou a realização da 5ª Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. “É muito gratificante ver o quanto esse evento ganhou força e representatividade ao mobilizar entidades da sociedade civil.”

### EDUARDO SUPPLY

“Contem comigo, estou plenamente engajado nessa causa que nesta semana nos une aqui no Senado.” O compromisso foi assumido por Eduardo Suplicy (PT-SP), que defendeu a união de todos os brasileiros para melhorar as condições dos portadores de deficiência.

### ROMEU TUMA

Conforme Romeu Tuma (PTB-SP), o Senado está chamando a atenção da sociedade para as dificuldades de quem tem esse tipo de deficiência. Tuma também conclamou os senadores a aprovarem mais leis que facilitem a inclusão e a proteção.

### PAULO PAIM

Paulo Paim (PT-RS) elogiou o trabalho do desenhista e quadrinista Mauricio de Souza, presente à comemoração. Conforme o senador, a leitura de seus quadrinhos tem possibilitado às crianças brasileiras aprenderem a lidar com as diferenças.

### ROSALBA CIARLINI

Louis Braille (1809-1852) “abriu um novo mundo” ao criar um método de leitura destinado aos portadores de deficiência visual, segundo Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A senadora lembrou que o Senado vem obtendo destaque no lançamento de obras em braille.

### ARTHUR VIRGÍLIO

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), os autistas são absolutamente focados e aprendem sem estudar. Ele citou, especialmente, um menino que nunca errou um arremesso à cesta de basquete e outro que decidiu um *play-off* nos EUA, fazendo uma cesta no último segundo.

### EFRAIM MORAIS

Quando tinha 50 anos de idade, Neno Rabello perdeu a visão, como sequele de diabetes. Ele foi dormir enxergando e acordou cego. Efraim Morais (DEM-PB) destacou o exemplo de superação e sucesso do homem de imprensa paraibano que hoje está com 57 anos.

### MARCELO CRIVELLA

Apesar de considerar que houve avanços na legislação dirigida a facilitar a vida dos cegos, Marcelo Crivella (PRB-RJ) apontou a necessidade de novas medidas que beneficiam essa camada da população. “O Estado ainda deve muito a essas pessoas”, afirmou.

### JOSÉ AGRIPINO

As empresas deveriam contratar pessoas com deficiência, afirmou José Agripino (DEM-RN). Ele lembrou que, à frente da prefeitura de Natal, 30 anos atrás, contratou pessoas com deficiência para realizarem o registro audiovisual da documentação do município.

### MAURICIO DE SOUSA

Em discurso no Plenário, o cartunista Mauricio de Sousa afirmou que eventos como o promovido ontem pelo Senado servem para educar as crianças e a população em geral a respeito dos “anseios” dos que, em algum aspecto, distinguem-se dos demais.

### IVY GOULART

O cineasta Ivy Goulart também agradeceu a realização da 5ª Semana e da homenagem a Louis Braille. “Fizemos história, pela primeira vez, com um cão guia e a presença da Turma da Mônica sentada na Mesa diretora”, comemorou.

### JOSÉ SARNEY

Ao encerrar a sessão em homenagem a Louis Braille, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que é com sentimento de júbilo, gratidão, reverência e compromisso que a Casa fará sempre o máximo possível para aprovar leis em favor dos portadores de deficiência.

Placar apertado – 35 votos a 27 – expressa a polêmica entre governo e oposição em torno da adesão do país vizinho ao bloco comercial

# Senado aprova entrada da Venezuela no Mercosul

DEPOIS DE MESES de debates, audiências públicas e uma série de tentativas de votação da matéria, o Plenário do Senado aprovou ontem, por 35 votos a 27, o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A matéria vai à promulgação. O texto do acordo, firmado em Caracas em 4 de julho de 2006 pelos presidentes dos quatro países do bloco, ainda precisa ser aprovado pelo Congresso do Paraguai.

O governo colocou o projeto de decreto legislativo (PDS 430/08) em votação, conforme acordo firmado na semana passada, a partir da garantia de quórum por parte da oposição. O placar apertado expressou a polêmica em torno do tema – na última quarta-feira, o debate, gerado especialmente pelas críticas à postura considerada antidemocrática do governante venezuelano Hugo Chávez, durou cerca de seis horas.

Ontem, durante o encaminhamento da votação, pelos líderes, a polaridade de opiniões voltou a se manifestar. Autor do voto em separado aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), favorável à adesão, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a entrada da Venezuela no Mercosul representava um passo importante no sentido da ampliação da democracia e dos direitos humanos na região.

Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou argumentos políticos e econômicos para justificar a posição contrá-



Nos debates, Jucá (*dir.*, ao microfone) afirmou que adesão contribuirá para fortalecer democracia na região; Virgílio (2º à esq.) e Agripino (D) voltaram a criticar Chávez

ria à adesão, como havia feito na última semana. Em sua avaliação, além de violar a cláusula democrática do Mercosul ao cercar a liberdade de imprensa, por exemplo, Chávez poderia colocar em risco um bloco econômico “já agonizante”.

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a Venezuela trará ao bloco comercial mais problemas que vantagens.

## Isolamento

José Agripino (RN), líder do Democratas, manifestou o temor de que, com o ingresso da Venezuela, o mercado comum possa “se dissolver pelo isolamento”. O senador observou que Chávez inibiu a oposição parlamentar e obteve, assim, maioria no Congresso para garantir aprovação dos projetos de seu interesse.

Por sua vez, o líder do PCdoB, Inácio Arruda (CE), disse consi-

derar a data “histórica”, já que a adesão da Venezuela representaria mais democracia e mais liberdade na América Latina.

– Vai permitir que os trabalhadores dos países tenham uma legislação comum. Existem diferenças no processo político de cada país e isso deve ser respeitado. O presidente Chávez deseja construir em seu país o socialismo do século 21.

Aloizio Mercadante (SP), líder do PT, observou que “o isola-

mento político não resolve os problemas entre as nações”.

– Não estamos fazendo uma avaliação do governo Chávez, porque os governos passam, mas a integração econômica, política e cultural vai ficar. O isolamento será pior para a causa democrática na Venezuela – argumentou.

Após a fala dos líderes, outros senadores favoráveis e contrários à adesão da Venezuela se sucederam na tribuna.

## Argumentos a favor da integração

O projeto de decreto legislativo (PDL 430/08) que aprova o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul foi acolhido na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no final de outubro, com a escolha do voto em separado de Romero Jucá, favorável à adesão. Jucá ressaltou que a entrada da Venezuela no mercado comum poderá ser vantajosa para o Brasil do ponto de vista econômico.

Com a aprovação do texto de Jucá, ficou prejudicado o voto do relator na CRE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que apontou como obstáculo maior à integração o “desmonte das liberdades democráticas, objetivando a perpetuação do presidente [Hugo] Chávez no poder”.

A matéria também já passou pelo Plenário da Câmara dos Deputados e pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

### Termos do acordo

Com 12 artigos, o texto do protocolo estabelece, entre outras medidas, que os bens produzidos na Argentina e no Brasil, sócios mais desenvolvidos do Mercosul, deverão entrar sem restrições e tarifas no mercado da Venezuela até 1º de janeiro de 2012, excetuan-

do produtos considerados sensíveis – que desfrutam maior proteção dos governos –, para os quais o prazo se estende até 1º de janeiro de 2014.

Já os bens produzidos pela Venezuela deverão entrar sem restrição nos mercados do Brasil e da Argentina até 1º de janeiro de 2010, com exceção dos produtos sensíveis, que também têm prazo fixado em 1º de janeiro de 2014. Os bens produzidos no Uruguai e no Paraguai também deverão ingressar sem restrições e tarifas na Venezuela até 1º de janeiro de 2012, mas os principais produtos da pauta exportadora desses dois países devem entrar no mercado venezuelano com tarifa zero logo após a entrada em vigor do protocolo.

O texto determina prazo de quatro anos para que a Venezuela adote as normas vigentes no Mercosul, a nomenclatura do bloco e a tarifa externa comum (TEC).

### Superávit

Em seu parecer, Romero Jucá disse que o Brasil tem comércio bilateral superavitário com a Venezuela, avaliado em US\$ 4,6 bilhões em 2008, conforme dados oficiais, “de modo que as condições e os prazos distintos estipulados pelo protocolo

não afetarão negativamente a economia brasileira”.

Do ponto de vista da indústria e da agricultura brasileiras, a adesão da Venezuela deverá propiciar, segundo Jucá, boas oportunidades ao Brasil, cujos produtos têm grande demanda naquele país.

Cerca de 72% das exportações brasileiras para a Venezuela são de produtos industrializados, com elevado valor agregado e alto potencial de geração de empregos. Atualmente, complementou o parlamentar, o Brasil tem com a Venezuela seu maior saldo comercial, no valor de US\$ 4,6 bilhões, que é 2,5 vezes maior que o saldo obtido com os Estados Unidos, de US\$ 1,8 bilhão.

### PIB de US\$ 1 tri

Segundo a exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com a adesão da Venezuela, o Mercosul constituirá um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, numa área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados, e terá um produto interno bruto (PIB) superior a US\$ 1 trilhão, o que corresponde a 76% do PIB da América do Sul. O comércio global do bloco, segundo o ministro, chegará a US\$ 300 bilhões.

## Plenário pode votar amanhã novo Código de Processo Penal

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem a realização de sessão extraordinária amanhã, às 10h, para a votação do projeto do novo Código de Processo Penal.

Sarney lembrou que o exame da proposta (PLS 156/09) “é um grande objetivo” do Senado e ressaltou a importância de a Casa terminar o ano votando a matéria.

Uma vez aprovado no Senado, o projeto ainda será enviado à deliberação na Câmara dos Deputados. No último dia 9, em votação simbólica, a comissão especial interna do Senado constituída para elaborar o projeto, a partir de anteprojeto sugerido por uma comissão de

juristas, aprovou o relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que apontou os avanços que a proposta trará à legislação penal.

– Se o Congresso aprovar esse projeto, o Brasil deixará de ter um Código de Processo Penal baseado em um sistema inquisitorial e passará a dispor de um código acusatório. O texto que aprovamos define claramente a função de cada operador do Direito. O código deixa de ser um instrumento de impunidade, como é usado hoje, graças às suas diversas possibilidades protelatórias, e permite que o processo tenha uma tramitação mais rápida – afirmou Renato Casagrande.



Segundo Sarney, exame da proposta é “um grande objetivo do Senado”

Plenário aprova extensão rural para agricultura familiar. Relator alega que Emater não tem capacidade para atender a toda a demanda de serviços

# Assistência técnica rural para assentados e índios

COM 41 VOTOS favoráveis, 8 contrários e 1 abstenção, o Senado aprovou ontem substitutivo da Câmara a projeto de autoria do Poder Executivo que cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária (Pnater). Os beneficiados são os assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais comunidades tradicionais, bem como agricultores familiares, silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores. O projeto vai agora à sanção do presidente da República.

Como foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Executivo, a matéria estava trancando a pauta e precisava ser votada para que as últimas matérias do ano também pudessem ser votadas. Acompanhado pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC), o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) posicionou-se contra a aprovação da proposta e a orientação do seu partido. Ele protestou veementemente



Gilberto Goellner, relator, defendeu projeto que vai à sanção presidencial

por não ter sido ouvido, como presidente da CPI das Organizações Não Governamentais (ONGs), quando alertou sobre o desvio de recursos da Emater para essas entidades, o que o projeto de lei vai permitir.

– Estamos entregando ao governo federal recursos para serem manipulados ao seu bel prazer, através de ONGs e Oscips [Organização da Sociedade Civil de Interesse Público] – lamentou.

O relator da matéria, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), explicou que, pela incapacidade da Emater de atender a toda a demanda de serviços



Raimundo Colombo posicionou-se contra proposta e orientação partidária

de extensão rural, o projeto abre a possibilidade de que cooperativas de agrônomos e veterinários possam se constituir e serem credenciadas para atender projetos de reforma agrária. Além disso, Goellner disse que a proposta garante a prioridade para a contratação de entidades públicas.

De acordo com o projeto (PLC 219/09), a Pnater será desenvolvida e formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e deve, entre outras atribuições, promover o desenvolvimento rural sustentável e apoiar iniciativas econômicas que promovam potencialidades



Heráclito Fortes: projeto permite ao governo manipular recursos

e vocações regionais e locais. Já o Pronater é o instrumento de implementação da Pnater, e suas diretrizes deverão compor o Plano Plurianual (PPA).

Os deputados alteraram o texto original do Executivo para dar prioridade às entidades e órgãos públicos oficiais de assistência técnica rural na destinação de recursos financeiros da política nacional.

Um ponto polêmico da matéria foi mantido pelos deputados: a dispensa de licitação para a contratação de instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica

e extensão rural no âmbito do Pronater. Esse item chegou a ser suprimido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mas foi mantido pelo Plenário. A forma a ser usada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para a contratação é a chamada pública, com definição de requisitos, tais como: quantidade de público a ser atendido, prazo para execução do serviço, valores do contrato e qualificação da equipe técnica. Segundo o projeto, os serviços que tais instituições contratadas prestarem aos beneficiários serão gratuitos para eles.

Pela proposta, o Ministério do Desenvolvimento Agrário implementará o Pronater em conjunto com os conselhos estaduais de Desenvolvimento Sustentável, que farão o credenciamento das instituições encarregadas de executar a assistência técnica. Para se cadastrar, a instituição poderá ter ou não fins lucrativos, deverá atuar no estado em que solicitar o credenciamento e ter pessoal capacitado para esse trabalho. Deverá ainda estar legalmente constituída há mais de cinco anos, caso não seja entidade pública.

## Magela acredita que concluirá relatório amanhã

Com a conclusão, ontem, da votação de todos os relatórios setoriais do Orçamento de 2010 pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relator-geral, deputado Geraldo Magela (PT-DF), acredita que será possível terminar o relatório final até amanhã, para que a votação na comissão ocorra na segunda-feira.

O líder do governo na comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), informou que haverá nova reestimativa de receita, que será apresentada hoje para deliberação na comissão. Segundo ele, o Ministério do Planejamento também deverá encaminhar erratas à comissão nesta semana.

Machado disse que o ministério deverá apresentar alguns ajustes à proposta do Orçamento, principalmente em razão da edição da medida provisória que reajusta as aposentadorias.

### Emendas

Magela também informou que será necessário cortar o valor das emendas de bancada ao relatório-geral em 40% em relação ao verificado em 2009.

– Nós deslocamos os recursos das emendas coletivas, de comissões e de bancadas, para as emendas individuais num montante de R\$ 1,5 bilhão – informou.

De acordo com o deputado, não há como colocar recursos para as emendas coletivas “na mesma proporção do que foi colocado para o ano de 2009”.



Efraim Morais (E, ao lado de João Dado) é o relator da área de Infraestrutura

## Votação do Orçamento deve ficar para a próxima semana

O relatório final do Orçamento para 2010 deverá ser votado pelo Congresso na terça ou na quarta-feira da próxima semana, segundo previsão do deputado Gilmar Machado (PT-MG), líder do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A votação do Orçamento será iniciada na CMO na segunda-feira e deverá ser concluída na terça-feira pela manhã. À noite, ou no dia seguinte, o Senado e a Câmara poderão se reunir em sessão conjunta para votar a proposta orçamentária. Conforme Machado, se houver atraso, a votação poderá acontecer ainda na última semana do ano, entre o Natal e o Ano Novo.

– Mas ainda este ano o país terá seu Orçamento, para que a gente comece 2010 a pleno vapor – disse o deputado.

### Infraestrutura

A CMO aprovou ontem o último dos dez relatórios setoriais do Orçamento de 2010, o de Infraestrutura. O relatório concentra os investimentos das áreas de comunicações, transportes e minas e energia, no

valor de quase R\$ 115 bilhões, a maior parte do orçamento das empresas estatais.

Neste ano, foram aprovadas 111 emendas: 82 de bancadas, 15 de comissões do Senado e da Câmara dos Deputados e 14 individuais.

Para atender aos pedidos de recursos, o relator da área, senador Efraim Morais (DEM-PB), mobilizou aproximadamente R\$ 2,22 bilhões. A maior parte das emendas foi direcionada à área de transportes.

Para as três pastas, considerando as despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, o governo propôs gastos globais de R\$ 26,83 bilhões. Desse total, R\$ 7,04 bilhões correspondem às despesas do Ministério de Minas e Energia e R\$ 3,03 bilhões às do Ministério das Comunicações. O maior orçamento é do Ministério dos Transportes, de R\$ 16,76 bilhões. O orçamento de investimento das estatais que integram a área temática corresponde a mais R\$ 88 bilhões, concentrados basicamente no Ministério de Minas e Energia, com R\$ 45,2 bilhões para a Petrobras.

## Valor das emendas de bancada será menor que em anos passados

As emendas de bancada à proposta orçamentária da União para 2010 deverão ser fixadas em 80% da média dos últimos três anos. A decisão, tomada pelo relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), foi comunicada a líderes de partidos e coordenadores de bancada, mas não agradou a todos, a exemplo do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Almeida Lima (PMDB-SE).

– Não sei se essa é a melhor solução, porque não dá para tratar igualmente os desiguais. Sergipe não é igual a São Paulo. Oitenta por cento da média é fácil para resolver o problema do ponto de vista da pressão, mas não vai

dar para atender os estados na divisão de recursos proporcionais – disse Almeida Lima.

À imprensa, Magela informou que o critério adotado é justo e, embora não tenha havido consenso, “a grande maioria concordou”.

– O que fizemos foi adotar um critério absolutamente transparente e que iguala todas as bancadas – explicou o relator, lembrando que já havia avisado que haveria um corte linear com a elevação das emendas individuais de R\$ 10 milhões para R\$ 12,5 milhões.

Magela disse ainda que não há a menor possibilidade de o Congresso votar a proposta de Orçamento esta semana.

## Congresso aprova R\$ 282,82 milhões em créditos adicionais

O Congresso aprovou ontem sete projetos liberando crédito adicional no valor de R\$ 282,82 milhões para diversos ministérios e órgãos federais.

O primeiro projeto (PLN 37/09) destina R\$ 250,9 milhões de crédito suplementar para os ministérios da Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura e Esportes.

Outro item aprovado reserva R\$ 5 milhões para o Ministério da Saúde, destinados ao Instituto Nacional do Câncer (Inca) no Rio de Janeiro (PLN 41/09). O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior receberá o valor global de R\$ 6.040 milhões. A Presidência da República terá crédito especial

de R\$ 90 mil para a capacitação e qualificação de gestores do Sistema de Comunicação do Executivo Federal (PLN 54/09).

O Ministério da Ciência e Tecnologia terá R\$ 200 mil (PLN 56/09) para repasse de contribuições. O Ministério do Planejamento receberá crédito especial, no valor de R\$ 6 milhões (PLN 57/09).

Em favor do Ministério da Educação, foi aberto crédito suplementar de R\$ 14,5 milhões (PLN 96/09). Os recursos custearão a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em razão da contratação de novas empresas para a elaboração e aplicação das provas.

Projeto que destina aos programas de segurança alimentar do governo produtos de origem animal e vegetal aptos ao consumo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

# Alimento apreendido pode servir ao combate à fome

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que define prioridades para a destinação de alimentos apreendidos. A proposta, da ex-deputada Edna Macedo, agora será examinada em Plenário. Pelo projeto (PLC 81/04), se os produtos de origem animal e vegetal, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome. Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevê a proposta, observar essa prioridade.

Na justificativa da matéria, a autora ressalta que muitos alimentos apreendidos pela fiscalização estão aptos ao consumo humano. Ela destacou que o Brasil apresenta grande número



Rosalba Ciarlini (C) preside reunião da CAS, ao lado de Augusto Botelho

de famintos.

“Entende-se que a iniciativa é oportuna e atual, uma vez que, lamentavelmente, a fome ainda se constitui um elemento cruel da realidade social brasileira, a despeito dos direitos sociais constitucionalmente assegurados”, ressalta o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) em seu

relatório, lido pelo senador João Durval (PDT-BA).

Com essa finalidade, o projeto altera a lei que trata da inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal (Lei 7.889/89) e a que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico (Lei 9.972/00).

## Aprovada restrição a cooperativas de trabalho

A CAS também acatou substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a projeto do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) que visa proibir a intermediação de mão de obra sob o subterfúgio das cooperativas de trabalho.

De acordo com o relator da proposta (PLC 131/08) na CAS, Renato Casagrande (PSB-ES), apesar de esses trabalhadores prestarem serviços em condições próprias de emprego, são privados de direitos reconhecidos pela Constituição e pela legislação trabalhista.

O substitutivo da CAE excluiu as cooperativas de assistência à saúde, as que atuam no setor de transporte regulamentado pelo setor público e que detêm

os meios de trabalho, bem como as cooperativas de profissionais liberais que exerçam atividade em seus próprios estabelecimentos.

Emenda de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também excluiu os profissionais da área de saúde que trabalham por procedimentos, como os anestesistas.

A iniciativa, ressaltou Renato Casagrande, tem a finalidade de evitar fraudes, que ameçam o cooperativismo. A luta contra pseudocooperativas, informou o senador, também faz parte de recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O relator destacou ainda que vem crescendo o número de cooperativas de trabalho e de

trabalhadores a elas associados em razão da incidência de carga tributária menor nessa atividade e a flexibilidade nas relações entre o capital e o trabalho. Em sua avaliação, essa prática alcançou tal dimensão que não permite mais ser ignorada pela legislação.

– A falta de uma legislação específica para as cooperativas de trabalho tem gerado problemas, com o surgimento e a proliferação de cooperativas de “fachada”, já conhecidas como “gato-cooperativas”, que são constituídas sem o cumprimento dos pré-requisitos definidos na legislação cooperativista, num processo distorcido e condenável – observou Renato Casagrande.

## Portal acompanhará gastos com a Copa 2014

A Rede de Fiscalização e Controle da Copa de 2014 lançou na tarde de ontem, na Câmara, um portal que permitirá o acompanhamento pela internet dos gastos públicos com a preparação do evento. O portal tem a participação das comissões de Fiscalização e Controle do Senado e da Câmara, além de representantes dos tribunais de Contas da União e dos estados

e cidades-sede da Copa, e pode ser acessado no endereço [www.senado.gov.br/fiscaliza2014](http://www.senado.gov.br/fiscaliza2014). A proposta é do deputado Silvio Torres (PSDB-SP). Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, elogiou o empenho dos agentes envolvidos na organização da Copa e fez votos de que, em breve, a prática da divulgação das contas públicas *on line* se

torne corriqueira. O ministro dos Esportes, Orlando Silva, também defendeu uma rede integrada de órgãos de fiscalização e controle no país e elogiou a atuação do Parlamento nesse esforço pela transparência no gasto público.

– O Congresso cumpre o seu papel institucional e se coloca à altura do desafio que será realizar esse grande evento – afirmou o ministro.

## Marina Silva pede união de ricos e emergentes na COP-15

De Copenhague, na Dinamarca, onde participa da 15ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-15), Marina Silva (PV-AC) se disse preocupada com a posição “mais inclinada ao tensionamento que ao entendimento” assumida pelo Brasil no fórum das Nações Unidas (ONU). Para a senadora, este é exatamente o momento em que países ricos e emergentes devem se unir para ajudar os pobres a enfrentar as consequências do aquecimento global.

– Temos que sair daqui com um compromisso consensual que nos leve a uma arquitetura na qual a contribuição dos ricos e dos emergentes seja efetiva para que os países pobres não tenham que sofrer as consequências da mudança do clima – afirmou a senadora por telefone à Agência Senado.

Marina elogiou o fato de o Brasil ter apresentado meta de redução de emissões de gases do efeito estufa, o que representou uma postura “proativa” na conferência. Ela, porém, criticou o posicionamento do país de “não avançar em relação a algumas questões”.

– Será muito negativo se o Brasil ficar na posição de se contrapor aos países desenvolvidos,



Marina espera que presença dos chefes de Estado altere panorama

como se só eles tivessem que aportar os recursos [para o fundo global de mudanças climáticas] – avalia.

A senadora mantém a expectativa de que, na parte final da conferência, com a participação dos chefes de Estado, haja avanços concretos.

– Que eles possam chegar aqui para que se avance além do patamar em que se está. Porque esse patamar está muito aquém das necessidades do planeta, ainda está muito aquém daquilo que cada país pode oferecer como contribuição – disse.

Marina Silva observou que os países ricos “não querem se comprometer com fundo de longo prazo” e que os países em desenvolvimento “ficam com posições muito refratárias”.

## Cristovam aponta preocupações políticas miúdas em Copenhague

A mediocridade que perdura no mundo globalizado não permite à Humanidade esperar muito da cúpula do clima que a ONU realiza em Copenhague, avaliou Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador chegou ontem à conferência desiludido com as “preocupações miúdas” que rondam o mundo político. Em sua opinião, terá que haver uma mudança radical no pensar político para a salvação do planeta.

De acordo com Cristovam, “a ideia prevalente nessa cúpula deveria ser a qualidade da vida na Terra pelos próximos cem anos, o futuro dos que continuarão habitando o planeta”. No entanto, segundo ele, os líderes políticos que estão hoje em Copenhague pensam, acima de tudo, em como garantir votos na próxima eleição. “Os problemas ficaram globais, mas a política ficou provinciana”, assinalou.

O senador disse esperar o nascimento de um “estadista com sentimento planetário, que não



Cristovam: os problemas globais são tratados por uma política provinciana

seja escravo das pesquisas de opinião, mas de preocupações com o equilíbrio ecológico”. E o caminho para mudar a atual mentalidade política, no entender de Cristovam, é uma revolução educacional em escala global.

Ele avalia que é preciso superar o debate entre o social e o econômico, substituindo a preocupação sobre como produzir mais pela de como produzir sem causar danos ao meio ambiente e distribuir melhor.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Valter Pereira preside a última reunião deliberativa da CRA este ano

## Valter: "Comissão de Agricultura fecha 2009 com balanço positivo"

"A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária [CRA] fecha o ano com um saldo bastante positivo", avaliou o presidente do colegiado, Valter Pereira (PMDB-MS), durante a última reunião deliberativa de 2009.

Segundo o senador, a CRA realizou, ao longo do ano, 43 reuniões, das quais 16 foram deliberativas, com a aprovação de mais de 20 projetos, vários em caráter terminativo.

Entre eles, Valter citou a proposta que regulamenta os medicamentos veterinários genéricos (PLC 3/05), a que incentiva a produção de biodiesel (PLS 81/08), a que promove a rastreabilidade da carne produzida no país (PLS 209/02), a que proíbe a penhora de máquinas e colheitadeiras (PLS 151/08), a que permite a compensação ambiental em unidades de conservação (PLS 483/09) e a que muda os critérios para fixação dos índices de produtividade (PLS 202/05).

### Audiências

Foram, segundo o presidente da CRA, 14 audiências públicas realizadas ao longo de 2009, além de outras 15 em conjunto

com outras comissões da Casa.

Entre os assuntos discutidos nas audiências, Valter citou a renegociação das dívidas rurais, a crise dos frigoríficos, as mudanças no Código Florestal e nos índices de produtividade para fins de reforma agrária, as invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o monopólio dos fertilizantes e a contaminação dos agrotóxicos.

– E foi justamente durante a realização dessas audiências públicas que tivemos a oportunidade de aprofundar em detalhes os problemas e entraves de diversas cadeias produtivas do agronegócio e da agricultura familiar – disse.

Osmar Dias (PDT-PR) lembrou que a CRA é uma comissão nova do Senado, mas muito importante, porque trata justamente do agronegócio, o setor "que tirou o país da crise".

Na opinião de Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), a comissão "tem refletido o espírito do campo e andado na vanguarda do processo da agricultura".

– O Brasil poderá matar a fome do mundo – afirmou.

## Conselho anuncia agraciadas com o Diploma Bertha Lutz

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolheu ontem as cinco agraciadas na 9ª edição do prêmio. O diploma é concedido anualmente pelo Senado a personalidades femininas que tenham se destacado por atividades que promovam os direitos e a valorização da mulher.

Foram contempladas – e serão homenageadas em sessão solene do Senado em março de 2010 – a cantora Leci Brandão; a presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), Maria Augusta Tibiriçá; a ex-prefeita de Salgueiro (PE) Cleuza Pereira do Nascimento; a conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Andréa Pachá; e a engenheira Clara Perelberg Steinberg. Também serão homenageadas, *in memoriam*, a ex-primeira dama do Paraná Fani Lerner, e, com menção honrosa, a escritora

Maria Lygia de Borges Garcia.

Para o presidente do conselho, senador Marco Maciel (DEM-PE), o reconhecimento dessas personalidades pelo Senado estimula a participação feminina na vida pública e confirma a tendência do Brasil de valorizar a mulher na política.

– Nós demos voto à mulher antes mesmo de muitos países. Esse prêmio serve de estímulo, porque é uma maneira de agradecer pessoas que se destacaram na luta pela consolidação de uma democracia que realmente inclua todos – afirmou.

Bertha Maria Júlia Lutz, que dá nome ao prêmio, nasceu em São Paulo em 1894. Ela liderou a luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, tendo grande participação na aprovação da legislação que garantiu às mulheres, entre outras conquistas, o direito de votar e de se candidatar.



Maciel (D), com Osvaldo Sobrinho: estímulo à participação feminina na política

Conclusões da investigação sobre a estatal foram apresentadas ontem pelo relator, Romero Jucá, mas pedido de vista de Fernando Collor adiou votação do documento

# Relatório final da CPI isenta Petrobras de irregularidades

O RELATÓRIO FINAL da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras foi apresentado ontem pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Logo em seguida, o senador Fernando Collor (PTB-AL) pediu vista do documento, que tem 360 páginas. O presidente da CPI, João Pedro (PT-AM), informou que a vista, regimentalmente, tem prazo de até cinco dias, mas apenas suspendeu a reunião da comissão, marcando seu prosseguimento para as 14h de hoje.

Jucá afirmou que a CPI conseguiu tratar de todos os temas elencados no requerimento de criação e elogiou a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) por terem, em sua avaliação, prestado todos os esclarecimentos solicitados.

No relatório, Jucá afirma ter concluído serem "improcedentes as acusações de que a Petrobras teria diminuído ilicitamente os valores dos tributos devidos ao Fisco". Ele se referiu à denúncia de que a estatal teria usado "artifícios contábeis" que resultaram na redução de recolhimento de impostos em mais de R\$ 4 bilhões, conforme consta no requerimento de criação da CPI.

– Ficou claro que a Petrobras não cometeu nenhum tipo de irregularidade – afirmou o relator.

Ele informou que o relatório final apresenta sugestões para duas propostas legislativas. Uma delas prevê a consolidação de um projeto de lei para disciplinar as licitações e os contratos da Petrobras. A outra garante

aos contribuintes a opção de adotar a qualquer tempo, durante o ano, a mudança para o regime de caixa ou de competência "para efeito de apuração dos tributos devidos em decorrência da variação cambial". No regime de caixa, o lançamento do débito tributário acontece no mês em que os recursos efetivamente entram no caixa da empresa. No de competência, isso ocorre já no momento em que o contrato é realizado.

Quanto aos indícios de fraude envolvendo a ANP – a possível participação de empresas de consultoria e prefeituras – para desviar recursos dos *royalties* devidos pela produção de petróleo, Jucá afirma no relatório que as notícias sobre esses "supostos desvios são completamente infundadas e improcedentes".



Crivella (E), João Pedro, Jucá e Collor na CPI: relatório aponta "fragilidades" em procedimentos para patrocínios

## Jucá afasta superfaturamento em refinaria de PE

O relator da CPI, Romero Jucá, rechaçou as suspeitas de superfaturamento das obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. No relatório, ele afirma que "o conjunto de indícios de irregularidades apontados pelo TCU [Tribunal de Contas da União], depois da análise empreendida pela CPI, mostrou-se inconsistente".

Jucá também abordou a política de patrocínio da estatal, lembrando que a Controladoria-Geral da União emitiu nota técnica sobre contratos entre 2001 e 2008 em que "apontou fragilidades em alguns procedimentos administrativos". O relator observou que a política de patrocínio da Petrobras "é ampla e complexa" e que "uma plêiade de projetos tão ampla certamente inclui alguns contratos nos quais se observam alguns problemas de execução".

Jucá diz ainda que os aumentos nos valores dos contratos de construção das plataformas P-52 e P-54, apontados pelo TCU, "deveram-se essencialmente à apreciação inesperada do real em relação ao dólar, o que elevou o preço dos insumos que precisavam ser adquiridos".

Quanto às supostas irregularidades no acordo judicial que resultou no pagamento de R\$ 178 milhões pela ANP a sindicatos representantes de usinas

produtoras de álcool de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, o relator diz que a decisão judicial sobre a legalidade do acordo ainda está pendente, não havendo necessidade de encaminhamentos por parte da CPI, visto que o Ministério Público já vem apurando "eventuais crimes, porventura cometidos no decurso de todo esse processo".

### Elogios

Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Valdir Raupp (PMDB-RO), Paulo Duque (PMDB-RJ) e João Pedro (PT-AM) elogiaram o trabalho do relator. Para Crivella, que é vice-presidente da comissão, a CPI desempenhou suas atividades com "rigor, transparência e honestidade de propósitos".

– Nada deixou de ser abordado. Nenhuma pergunta deixou de ser respondida. Acho que todos os indícios e suspeitas foram esclarecidos – afirmou Crivella.

Raupp disse que os trabalhos da CPI foram tão esclarecedores que até mesmo a oposição "entendeu que a Petrobras é uma empresa séria".

– Ficou claro que não houve irregularidades na Petrobras – disse.

Paulo Duque sustentou que a CPI realizou um "trabalho de

fôlego e sério". Ele sugeriu que, depois de aprovado, o relatório final seja enviado para as bibliotecas públicas brasileiras e disse que a história da Petrobras dignifica o Brasil.

– Não se viu nenhuma falha da empresa – observou.

O presidente da CPI, João Pedro, agradeceu o apoio dos colegas, inclusive dos opositores.

– É uma grande contribuição dada pelo Senado – afirmou João Pedro sobre o relatório final da CPI.

### Oposição

A comissão ficou marcada pela polêmica entre a base aliada e a oposição, que deixou a CPI no final de outubro, acusando o governo de bloquear as investigações sobre supostas irregularidades envolvendo a estatal. A CPI é composta por 11 titulares, sendo oito da base e três da oposição.

Os representantes da oposição acusaram a comissão de ser "uma farsa". O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que a base governista foi responsável pela rejeição dos requerimentos de depoimentos e quebras de sigilo que poderiam "ameaçar a versão oficial do governo". Em resposta, Jucá afirmou que as solicitações rejeitadas "não eram objeto da comissão".

Três indicados para a ANA, dois para o Cade e um para a CVM foram sabatinados pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente



Conejo (E), Guillo, senador Casagrande e Vieira na CMA: novos diretores para Agência Nacional de Águas



Na CAE, Furlan (E) e Ruiz, indicados para o Cade, senador Garibaldi e Broedel, aprovado para a CVM

## Comissões aprovam nomes para CVM, Cade e ANA

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem indicações de autoridades para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Já a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) acatou as indicações de três diretores para a Agência Nacional de Águas (ANA).

O contador Alexandro Broedel Lopes teve seu nome aprovado por unanimidade pela CAE para a diretoria da CVM. Durante a sabatina, Broedel defendeu o modelo regulatório "prudencial" brasileiro e o amplo acesso às informações sobre as operações de mercado, como forma de minimizar riscos.

Em seu voto favorável, o re-

lator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), ressaltou a formação acadêmica e a experiência do indicado, que é professor da Universidade de São Paulo.

Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber de Broedel as lições que a crise econômica oferece para o setor brasileiro de regulação da concorrência. Para o indicado, a crise mostrou que o modelo regulatório nacional, considerado mais rígido do que o dos demais países, revelou-se mais adequado. A grande lição, concluiu, é que a ideia de que o mercado se regula por si só não é verdadeira.

### Cade

A CAE também aprovou por unanimidade a indicação de Ricardo Machado Ruiz para o

cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Foi aprovada também a recondução de Fernando de Magalhães Furlan para conselheiro do órgão, que é vinculado ao Ministério da Justiça.

Ruiz é professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O relator da indicação, Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou o nível técnico e a qualificação do indicado.

Furlan é conselheiro do Cade desde 2008. Tem doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade de Paris. O relator, Eliseu Resende (DEM-MG), lembrou que o indicado tem "uma rica folha de serviços" prestados ao país, tendo exercido, entre outros cargos, o de chefe de gabinete do ministro

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em outubro de 2004, e de procurador-geral do Cade, de 2001 a 2003.

Furlan disse entender que a função do Cade é de intervir no mercado apenas "para assegurar os níveis de concorrência adequados". Segundo dados apresentados por ele, 97% das operações submetidas ao órgão são aprovadas sem restrição, 3% com alguma ressalva, e somente 0,01% não são aprovadas.

– Isso demonstra que o Cade atua quando rigorosamente necessário – afirmou.

Ruiz observou que a concentração de grandes grupos não é uma discussão restrita ao país e que, na atual onda de fusões, devem ser avaliadas questões como a capilaridade do sistema de distribuição e o benefício

para os consumidores.

### ANA

A CMA aprovou as indicações de Vicente Andreu Guillo, Paulo Rodrigues Vieira e João Gilberto Lotufo Conejo como diretores da Agência Nacional de Águas. Na sabatina, Conejo afirmou que há disponibilidade de recursos hídricos para realizar a transposição do rio São Francisco. Vieira disse que sua missão na agência será atender prioritariamente as regiões Norte e Centro-Oeste, que usam de modo vital o transporte aquaviário. Guillo destacou que o maior desafio da ANA será sua integração com os estados, o que poderá ser feito com a valorização dos conselhos de recursos hídricos e dos comitês de bacias hidrográficas.

## Aprovada contratação de quatro operações de crédito externo

Quatro operações de crédito externo foram aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos e deverão ser votadas em regime de urgência no Plenário. A primeira delas (MSF 257/09) trata de autorização ao Ministério do Meio Ambiente para contratação de empréstimo junto ao Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), de até US\$ 24,3 milhões, para financiamento parcial do Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase.

Já a MSF 272/09 refere-se a operação de crédito externo entre o governo de Pernambuco e o Bird, com aval da União, no valor de até US\$ 190 milhões. Esses recursos deverão viabilizar

o Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco (PSHPE).

O terceiro empréstimo externo (MSF 274/09) destina-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infraestrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros – Santos Novos Tempos. Está orçado em até US\$ 44 milhões e foi negociado entre a prefeitura de Santos (SP) e o Bird, com aval da União.

Por fim, a MSF 273/09 trata de contratação de operação de crédito, de até US\$ 50 milhões, com aval da União, entre o governo de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

## Aquisição da GVT pelo grupo francês Vivendi gera debate

A aquisição da GVT Holding S/A pelo grupo francês Vivendi será debatida pela CAE. Requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-GO) e do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) com este objetivo foi aprovado ontem pela comissão.

O que se busca, segundo o senador, é tornar transparente a transação, para que se possa saber "se a operação foi realizada com toda lisura ou não", já que a imprensa levanta algumas dúvidas em relação ao processo. A data da audiência será definida posteriormente.

Os autores do requerimento revelam preocupação com re-

centes notícias segundo as quais o grupo francês, que assumiria o controle do capital votante e total da GVT, não teria em seu poder, à época de seu anúncio como fato relevante, as ações necessárias correspondentes.

Deverão ser convidados a presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Santana; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardemberg; o presidente da GVT Holding, Amos Genish; um representante legal no Brasil do grupo Vivendi; além de um representante do Ministério Público Federal.

## Paim: mudança em estatuto é humilhante

O senador Paulo Paim (PT-RS) condenou ontem as alterações propostas pela Câmara dos Deputados ao projeto de sua autoria que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Entre as alterações está a retirada das cotas para negros em universidades e meios de comunicação social e a supressão de incentivos fiscais para que empresários contratem mais trabalhadores negros.

– Se o estatuto for aprovado como está, será uma humilhação – protestou Paim, ao pedir ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), que será o relator da matéria (PLS 213/03), que rejeite as alterações da Câmara e adote a proposta aprovada por unanimidade no Senado.

As afirmações foram feitas em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu as oportunidades de empregos em supermercados para negros e mulheres no que se refere a acesso, ascensão e remuneração.

O texto original do projeto aprovado pelo Senado prevê garantias de inclusão social nas áreas de saúde, trabalho, educação, cultura e lazer, além de combater todo tipo de discriminação. Prevê também a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial para garantir a aplicação

dos direitos estabelecidos no estatuto.

A proposta inicial de Paim, além de garantir vagas na educação, estende as cotas ao serviço público e à iniciativa privada, em especial aos meios de comunicação. O projeto do Estatuto da Igualdade Racial estabelece ainda a criação de ouvidorias para recebimento de denúncias e aperfeiçoamento dos mecanismos de punição dos crimes discriminatórios. O texto também reconhece a capoeira como esporte.

### Os debates

Otávio Brito Lopes, procurador-geral do Trabalho, que tomou parte da reunião, reconheceu a existência de racismo no país e conclamou o empresário brasileiro a trilhar o caminho da igualdade racial no ambiente de trabalho, com a adoção de processos seletivos mais transparentes.

Já frei David Santos disse

não ter dúvidas de que o setor supermercadista brasileiro não ficará ausente do combate à exclusão racial no país, a exemplo do que ocorreu com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que abriu o setor para os trabalhadores negros.

Frei David criticou o parecer de Demostenes Torres, que chamou de "injusto", sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Entre as alterações está a retirada das chamadas cotas da educação nas universidades. Atualmente, lembrou, cerca de cem universidades adotam o regime de cotas.

Ailton Souza, gerente de relações institucionais do Walmart Brasil, informou que a rede já implantou políticas afirmativas para a contratação de trabalhadores negros. Lourenço Prado, vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), defendeu a eliminação de qualquer forma de discriminação racial.



Entre Ilza Aparecida Marques Zilli e Otávio Brito Lopes, Paim preside audiência